

## MICHEL FOUCAULT

André Berten\*

**E**m 1981, Michel Foucault havia sido convidado pela Faculdade de Direito, da Escola de Criminologia da Universidade de Louvain, para dar uma série de cursos-conferência que ele intitulara: *Fazer mal, dizer verdade: sobre a função da confissão na justiça*. Naquela ocasião, o professor André Berten tinha realizado, em maio, uma entrevista que fora filmada pelo Centro Audiovisual da Universidade. Esse filme foi retomado, recentemente no âmbito da emissão *Océaniques*, na FR3. Aqui se publica o texto da entrevista, com a gentil autorização de André Berten e das faculdades interessadas.

**André Berten** - Seria interessante que o senhor nos dissesse como percorreu uma série de problemáticas, uma série de questões. Por que se interessou pela história da psiquiatria, pela história da medicina, pela prisão e agora pela história da sexualidade. Qual era, no fundo, seu itinerário. Qual foi o fio condutor de sua reflexão, caso seja possível responder a tal questão?

**Michel Foucault** - É difícil a questão que me propõe. Primeiro, porque o fio condutor, só dá para identificá-lo quando se chega ao final e, ademais, o senhor sabe que não me considero absolutamente nem como escritor nem como profeta. É verdade que trabalho, muitas vezes, conforme as circunstâncias, as solicitações exteriores, as conjunturas diversas.

Não tenho a pretensão de ditar leis e me parece que se existe uma certa coerência naquilo que faço, talvez esteja ligada a uma situação que pertence a

---

\* Prof. emérito da Universidade Católica de Louvain (Dr. em filosofia UCL, e Diplomado do Institut d'Études politiques de Paris). Foi presidente do Institut Supérieur de Philosophie e co-fundador do Centre de Philosophie du Droit. É atualmente professor convidado da UERJ (bolsista da CAPES). Publicou vários livros, em português "Filosofia social e Filosofia política" (São Paulo-Editora Paulus). E-mail: andre.berten@uclouvain.be . Tradução de Nilson Moulin, autor de livros sobre Educação Ambiental. E-mail: nilsonmoulin@gmail.com

todos, na qual estamos todos, mais do que a uma intuição fundamental ou a um pensamento sistemático. Talvez seja verdadeiro desde que Kant formulou a questão “*Was ist Aufklärung?*”, ou seja, o que é nossa atualidade, o que se passa ao nosso redor, o que é nosso presente; me parece que a filosofia adquiriu uma nova dimensão. Além disso, abriu-se para ela uma certa tarefa que ela própria havia ignorado ou que antes não existia para ela, o que implica dizer que estamos dizendo: o que é nosso presente, o que é isso, hoje. Evidentemente, é uma questão que não faria sentido para Descartes. Trata-se de uma questão que começa a ter sentido para Kant, quando ele se pergunta o que é a *Aufklärung*; trata-se de uma questão que é, num certo sentido, a questão de Nietzsche. Penso também que a filosofia, dentre as diferentes funções que ela deve ter, inclui esta: interrogar-se sobre o que somos em nosso presente e em nossa atualidade. Eu diria que é em volta disso que coloco a questão e, nesta medida, sou nietzscheano ou hegeliano ou kantiano.

Bem, como é que cheguei a formular tal gênero de perguntas? Em duas palavras, na história de nossa vida intelectual em relação a uns e outros, na Europa Ocidental depois da guerra, poderíamos dizer isso: por volta dos anos 1950, dispúnhamos de uma perspectiva de análise profundamente inspirada pela fenomenologia que era, em certo sentido, naquele momento, uma filosofia dominante. Digo dominante sem nenhum sentido pejorativo, pois não se pode dizer que havia ditadura ou despotismo nesse modo de pensar. Porém, na Europa Ocidental, França em particular, a fenomenologia era um estilo geral de análise. Um estilo de análise que reivindicava como uma de suas tarefas fundamentais a análise do concreto. É seguro que desse ponto de vista poderíamos ficar um tanto insatisfeitos, na medida em que o concreto ao qual se referia a fenomenologia, esse concreto era um pouco acadêmico e universitário. O senhor encontra objetos privilegiados da descrição fenomenológica, experiências vividas ou a percepção de uma árvore através da janela do escritório...

Sou meio severo, mas o campo de objeto que a fenomenologia percorria era um pouco pré-determinado por uma tradição filosófica e universitária que talvez valesse a pena abrir.

Em segundo lugar, uma outra forma de pensamento dominante, importante, era evidentemente o marxismo, que se referenciava num campo de análise histórico sobre o qual, num certo sentido, ocorria o impasse. Tanto a leitura dos textos de Marx, a análise dos conceitos de Marx era uma tarefa importante, quanto os conteúdos do saber histórico aos quais esses mesmos conceitos deviam se reportar, para os quais eles deveriam ser operatórios, esses domínios históricos eram meio deixados de lado. De qualquer modo, o marxismo ou a história marxista, concreta, não era, pelo menos na França, muito desenvolvida.

Depois, havia uma terceira corrente que, na França, era bem desenvolvida e que era a história das ciências, com Bachelard, Canguilhem etc... e Cavailles. O problema era saber se existe uma historicidade da razão e se poderíamos fazer uma história da verdade.

Eu diria que me situei no cruzamento dessas diferentes correntes e problemas. Em relação à fenomenologia, antes de fazer uma descrição meio inferiorizada da experiência vivida, não seria preciso fazer a análise de um certo número de experiências coletivas e sociais.

A consciência daquilo que é louco é importante descrever, conforme mostrou Binswanger. E afinal, não existe uma estruturação cultural e social da experiência da loucura? E isso não deve ser analisado?

Isso me levou a recortar um problema histórico que era saber: se quisermos descrever a articulação social, coletiva, numa experiência como aquela da loucura, qual é o campo social, qual é o conjunto das instituições e das práticas que é preciso analisar historicamente e para quem as análises marxistas são um pouco como roupas mal costuradas.

E, em terceiro lugar, por meio da análise de experiências históricas, coletivas, sociais, ligadas a contextos históricos precisos, como se pode fazer a história de um saber, a história de nossos conhecimentos e como objetos novos podem chegar ao campo do conhecimento, podem eles se apresentar como objetos a serem conhecidos. Concretamente o resultado é: existe ou não uma experiência da loucura característica de uma sociedade?

Como esta experiência da loucura pode ser constituída. Como ela pode emergir? E, por meio dessa experiência da loucura, como é que a loucura pode se constituir enquanto objeto de saber para uma medicina que se apresentava como medicina mental. Através de qual transformação histórica, qual modificação institucional, se constituiu uma experiência da loucura onde existe, ao mesmo tempo, o polo subjetivo da experiência da loucura e esse polo objetivo da doença mental.

Eis aí, senão o itinerário, ao menos o ponto de partida. E, voltando à questão que me coloca: por que ter escolhido tais objetos, eu diria que me parecia - e talvez seja a quarta corrente, o quarto ponto de referência de meu caminho ou de meu sapateado - que existiam textos mais literários, menos integrados na tradição filosófica. Não penso em autores como Blanchot, Artaud, como Bataille, que foram tão importantes para o pessoal de minha geração. No fundo, eles se punham a questão das experiências-limite, aquelas formas de experiência que, em vez de serem consideradas centrais, valorizadas positivamente numa sociedade, são consideradas como experiências fronteiriças, a partir das quais coloca-se em xeque aquilo que vulgarmente se considera como aceitável. Então, num determinado sentido, da história da loucura para uma interrogação sobre nosso sistema de razão.

**André Berten** - A loucura como expressão limite...

**Michel Foucault** - Exatamente. Por exemplo, qual é a relação entre o pensamento médico, o saber sobre a doença e a vida. Como é em relação à experiência da morte e como o problema da morte foi integrado neste saber. Ou como este saber foi indexado nesse momento, este ponto absoluto da morte. O mesmo vale para o crime em relação à lei. O senhor interroga a própria lei, e aquilo que pode fundar a lei: tomar o crime como ponto de ruptura em relação ao sistema e assumir esse ponto de vista para interrogar: “afinal o que é a lei?” Considerar a prisão como o que deve nos esclarecer sobre o que é o sistema penal, em vez de considerar o sistema penal, interrogá-lo do interior, saber como foi fundado, como ele se funda e se justifica, em seguida deduzir o que ele foi.

**André Berten** - O senhor apresentou a filosofia em sua atualidade desde Kant formulando uma questão que, no fundo, creio que nos interessa a todos e que permite ao homem se interrogar sobre sua situação na história, no mundo, na sociedade. Parece-me que através de tudo que escreveu, desde *A história da loucura* até *A história da sexualidade*, existe uma percepção desta realidade que parece lhe interessar particularmente e que concerne a tudo aquilo que se poderia chamar de técnicas de enclausuramento, de vigilância, de controle, em suma, a maneira pela qual, em nossa sociedade, o indivíduo foi paulatinamente controlado. O senhor pensa que efetivamente se trata de um elemento clássico em nossa história, determinante para compreender a modernidade?

**Michel Foucault** - Sim, é verdade. Veja, não é um problema que me coloquei de saída: foi pouco a pouco, estudando um certo número de coisas, como a psiquiatria, a medicina, o sistema penal, que todos esses mecanismo de encerramento, de exclusão, de vigilância, de controle individual me pareceram muito interessantes, muito importantes. Eu diria que talvez tenha colocado essas questões de modo meio selvagem, num momento em que percebi que elas eram importantes. Creio que é preciso delimitar bem do que se trata e qual é o tipo de problema que se pode formular a propósito de tudo aquilo. Parece-me que, na maior parte das análises, seja as de tipo propriamente filosófico, seja nas análises mais políticas, senão análises marxistas, a questão do poder tinha sido relativamente marginalizada ou pelo menos simplificada. Ou então se tratava de saber quais eram os fundamentos jurídicos que podiam legitimar um poder político ou ainda se trataria de definir o poder numa função de simples conservação-recondução de relações de produção. Tratava-se então da questão filosófica do fundamento da análise histórica da superestrutura. Isso me parecia insuficiente ou, mais exatamente, me pareceu insuficiente por certo número de razões.

Primeiro, porque penso - e um determinado número de coisas nos domínios concretos que tentei analisar o demonstram - que as relações de poder estão muito mais profundamente implantadas do que no simples nível das superestruturas. Segundo, a questão dos fundamentos - do fundamento - do poder é importante, mas, me desculpe, o poder não funciona a partir de seu fundamento. Existem poderes não fundamentados que funcionam muito bem e poderes que trataram de se fundar, que efetivamente se fundaram e que finalmente não têm função. Assim, se preferir, meu problema foi de me dizer: não poderíamos estudar a maneira pela qual efetivamente funciona o poder? E aí, quando digo, “o poder”, não se trata absolutamente de identificar uma instância ou uma espécie de potência que estaria ali, oculta ou visível, pouco importa, e que difundiria seu potencial nocivo pelo corpo social ou que expandiria sua rede de modo letal.

Não se trataria de poder para alguma coisa que teria o poder de lançar uma rede com malha cada vez mais fina que estrangularia a sociedade e os administrados. Certamente não é disso que se trata. O poder são relações: o poder não é uma coisa, é uma relação entre dois indivíduos, uma relação que é tal que se pode conduzir ou determinar a conduta de outro. Determiná-la voluntariamente em função de um certo número de objetivos que são os seus. Dito diversamente, quando se encara o que é o poder, é o exercício de algo que poderíamos chamar de governo em sentido mais amplo.

Pode-se governar uma sociedade, pode-se governar um grupo, pode-se governar uma comunidade, uma família; pode-se governar qualquer um, é simplesmente no sentido em que se pode determinar sua conduta em função de uma estratégia, utilizando um certo número de táticas. Assim, se concordar, é a governabilidade em sentido lato, enquanto conjunto de relações de poder e de técnicas que permitem que tais relações de poder se exerçam, foi isso que estudei. Como governamos os loucos. Como se colocou o problema do governo dos doentes (de novo, ponho a palavra governo entre aspas, dando-lhe ao mesmo tempo um sentido amplo e rico). Como governamos os doentes, o que fizemos com eles, qual estatuto lhes concedemos, onde os colocamos, em qual sistema de tratamento, de vigilância, bem como de benevolência, de filantropia, de campo econômico, os cuidados a serem oferecidos aos doentes: creio que é necessário ver tudo isso, é preciso tentar vê-lo.

Então, é seguro que essa governabilidade não deixou, de certo ponto de vista, de tornar-se mais estrita com o passar do tempo. Os poderes num sistema político como aqueles que conhecemos na Idade Média, aqueles poderes entendidos no sentido de governo de uns sobre outros, eram finalmente bastante frouxos. O problema era fazer a cobrança fiscal necessária, que era útil. O que as pessoas faziam em sua conduta cotidiana não era tão importante para o exercício do poder político. Sem dúvida, era importante na pastoral eclesiástica cujo poder era um poder político [...].

É verdade que o número de objetos que se tornam objetos de uma governabilidade refletida no interior de quadros políticos, mesmo liberais, aumentou consideravelmente. Mas não acredito que seja preciso considerar que tal governabilidade tome obrigatoriamente o tom de clausura, da vigilância e do controle. Por toda uma série de fabulações sutis, frequentemente, chega-se com efeito a conduzir pessoas a se conduzirem de tal maneira que a conduta dos outros não possa ter efeitos nocivos sobre nós mais tarde. E foi este o campo da governabilidade que pretendi estudar.

**André Berten** - E para estudar este objeto ou os diferentes objetos que o senhor estudou, utilizou um método histórico. Porém, no fundo, o que se evidencia a todos hoje, e que em boa parte é o que constitui a novidade de suas análises, não do ponto de vista dos conteúdos, mas do método, é que o senhor operou uma espécie de deslocamento do método histórico. Ou seja, não é mais uma história da ciência, não é mais uma epistemologia, não é mais uma história das ideologias, tampouco uma história das instituições. Temos a impressão de que é tudo isso ao mesmo tempo. Mas que para pensar, por exemplo, o trabalho da psiquiatria ou aquilo que hoje fazem os criminólogos - pois foram os criminólogos que o chamaram aqui - ou ainda para pensar instituições como a prisão, os asilos etc... o senhor teve de transformar profundamente a maneira como se concebia a história.

Será que, por exemplo, a oposição entre saber e ciência, que aparece em sua obra e principalmente num certo número de escritos mais metodológicos, lhe parece mais importante do ponto de vista do gênero de história que o senhor nos propõe?

**Michel Foucault** - Bem. Sem dúvida creio que o tipo de história que faço carrega um certo número de marcas ou de handicaps, como preferir. Primeiro, o que gostaria de dizer é que a questão da qual parto é esta: o que somos e o que somos hoje? O que é este instante que é o nosso? Considere que é uma história que parte de nossa atualidade. Segundo, ao tentar formular problemas concretos, o que me parece interessante, é escolher como âmbito pontos que são particularmente frágeis ou sensíveis na atualidade. Eu quase não conceberia uma história que seja propriamente especulativa e cujo campo não esteja determinado por alguma coisa que se passa atualmente. Assim todo o interesse, certamente, não é acompanhar o que acontece e de seguir a moda.

Assim, por exemplo, uma vez que escrevemos dez livros, aliás muito bons, sobre a morte, não é preciso escrever um décimo primeiro. Não vamos escrever um décimo primeiro, sob o pretexto de que é a questão atual. O jogo é tentar detectar dentre as coisas das quais ainda não falamos, aquelas que atualmente apresentam, mostram, dão alguns índices mais ou menos difusos de fragilidade em nosso sistema

de pensamento, em nosso modo de reflexão, em nossa prática. Havia, por volta dos anos 1955, quando eu trabalhava em hospitais psiquiátricos, uma espécie de crise latente, alguma coisa que sentíamos bem que se descascava e da qual ainda não tínhamos falado muito.

Entretanto, aquilo era vivido intensamente. A melhor prova de que se vivia aquilo era que ao lado, na Inglaterra, sem que tivéssemos tido contato um com os outros, gente como Laing e Cooper também se confrontava com os mesmos problemas. Portanto, é uma história que se refere sempre a uma atualidade. Tratava-se do problema da medicina, ou melhor, a questão do poder médico - em todo caso, do campo institucional no interior do qual o saber médico funciona - era uma questão que começava a se colocar, e que seria amplamente formulada nos anos 1960 e que só caiu no domínio público após 1968. Assim, é uma história da atualidade prestes a se desenhar.

**André Berten** - Sim, mas em relação a essa atualidade, a maneira de fundo pela qual elaborou a história me parece original: ela me parece regulada pelo próprio objeto que o senhor analisa. É por causa desses problemas-chave de nossa sociedade que o senhor foi levado a refazer a história de maneira específica.

**Michel Foucault** - Bem. No nível dos objetivos que formulo nessa história, frequentemente as pessoas julgam que faço uma espécie de análise ao mesmo tempo complicada, meio excessiva e que conduz a esse resultado: ficamos prisioneiros em nosso sistema, inúmeras são as marras que nos encerram e quanto é difícil desfazer os nós que a história entrelaçou a nossa volta. Na realidade, fiz o contrário porque, quando estudei coisas como a loucura ou a prisão... Tomemos o exemplo da prisão: quando se discutia, faz alguns anos, no começo dos anos 1970, a reforma do sistema penal, uma coisa me pareceu muito evidente, podia-se formular a questão teórica do direito de punir ou, por outro lado, colocar o problema da ordenação do regime penitenciário. Porém, esta espécie de evidência de que a privação da liberdade é a forma mais simples, mais lógica, mais racional, mais justa de punir alguém por ter cometido uma infração, isso não era completamente interrogado.

Ora, o que pretendi fazer foi mostrar quanto essa adequação, tão clara e simples para nós, isto é, a pena com privação de liberdade, de fato é bem recente: trata-se de uma invenção técnica cujas origens estão distantes, mas que de fato foi integrada no sistema penal e que passou a fazer parte da racionalidade penal somente a partir do final do século XVIII. E, desde então, tratei de buscar as razões pelas quais a prisão viera a transformar-se numa espécie de evidência em nosso sistema penal.

Trata-se então de tornar as coisas mais frágeis por meio desta análise histórica, ou melhor, mostrar ao mesmo tempo como e porque as coisas puderam se constituir

assim e mostrar, ao mesmo tempo, que elas se constituíram por intermédio de uma história precisa. Portanto, é preciso esclarecer a lógica das estratégias no interior das coisas, ali onde elas são produzidas, entretanto mostrar que não passam de estratégias e que ao mudar um certo número de coisas, mudando de estratégia, tomando as coisas por outra vertente, o que nos parece evidente de fato não o é. Nossa relação com a loucura é uma relação historicamente determinada e, dado que é assim, ela pode ser politicamente destruída. Ao dizer politicamente, atribuo um sentido bem amplo ao termo político, em todo caso, existem possibilidades de ação, dado que é por meio de um certo número de ações, de reações etc... por meio de um certo número de lutas, de conflitos para responder a determinado número de problemas, que escolhemos essas soluções. Pretendi reintegrar muitas evidências de nossa prática, na própria historicidade de tais práticas e, em simultâneo, privá-las de seu estatuto de evidência, para voltar a dar-lhes a mobilidade que algum dia tiveram e de que devem sempre dispor.

**André Berten** - Em uma de suas conferências recentes, o senhor usa o termo “veridição”, que se refere a dizer a verdade e que toca um problema de verdade no método. No que acaba de dizer, concernente tanto ao seu interesse pela atualidade quanto à maneira pela qual considera a história e sua própria constituição no interior dessa atualidade, o senhor questiona o que poderíamos encarar como os fundamentos desta ou daquela prática. A propósito dos poderes, o senhor disse que no fundo o poder não funciona a partir de seus fundamentos, mas que ele tem sempre justificativas ou reflexões filosóficas que visam fundar o poder. Seu método histórico, que é um método produtor de uma espécie de arqueologia ou de genealogia, conforme os objetos ou segundo o próprio desenvolvimento de seu pensamento, visa mostrar enfim que não existem fundamentos para práticas de poder. O senhor concordaria em dizer que, do ponto de vista filosófico e no conjunto de seu desenvolvimento, aquilo que visa é também *desconstruir* toda iniciativa que visasse dar um fundamento ao poder?

**Michel Foucault** - Porém, acredito que a atividade de dar um fundamento ao poder é uma atividade que consiste em interrogar-se sobre aquilo em que se fundam os poderes que exerço ou aquilo que pode fundamentar o poder que se exerce sobre mim. Creio que esta questão é importante, essencial. Ousaria dizer que é a questão fundamental. Mas o fundamento que damos como resposta a tal questão faz parte de um campo histórico no seio do qual existe um lugar completamente relativo, ou seja, cujo fundamento não encontramos. É muito importante que, numa cultura como a nossa - quanto à questão de saber se podemos encontrá-lo ou não em outra cultura, não sei nada disso - desde séculos e até milênios, um certo número de coisas como,



em especial, o exercício do poder político, se interrogam elas próprias ou se veem interrogadas por pessoas que propõem a questão: mas o que fazem?... Aí existe um trabalho crítico.

**André Berten** - Mas o que o senhor considera importante é justamente o trabalho crítico dessa questão que retorna sem cessar.

**Michel Foucault** - Há dois milênios nos interrogamos sobre os fundamentos do poder político: quando digo dois milênios, trata-se de dois milênios e meio. E é esta a interrogação fundamental.

**André Berten** - E, no fundo, o tipo de história que o senhor fez é mesmo uma análise das estratégias, e também uma análise sobre a maneira pela qual um certo número de práticas buscou seu próprio fundamento.

**Michel Foucault** - Exatamente. Eu diria que (novamente usarei uma palavra bárbara, porém, as palavras só são bárbaras quando não dizem claramente o que pretendem dizer: bem sabemos que muitas palavras familiares são bárbaras por dizerem muitas coisas ao mesmo tempo que não dizem nada, mas, ao contrário certas palavras técnicas, bizarramente construídas, não são bárbaras porque dizem aproximativamente aquilo que querem dizer) a história das *problematizações*, ou seja, a história da maneira pela qual as coisas criam problemas. Como, por que, e de que modo particular a loucura cria problema no mundo moderno e por que se tornou um problema importante: problema tão importante que um certo número de coisas, caso da psicanálise (e Deus sabe quanto ela permeia toda nossa cultura), são partes de um problema absolutamente interno às relações que poderíamos ter com a loucura.

Não, o senhor sabe, é a história desses problemas. De que modo novo a doença constitui ela própria um problema, a doença que evidentemente sempre provocou problemas. Porém, existe um modo novo de problematizar a loucura, creio eu, a partir do século XVIII ou XIX.

Então, de fato não é a história das teorias nem a história das ideologias, nem sequer a história das mentalidades que me interessa, mas é a história dos problemas: se preferir, é a genealogia dos problemas que me interessa. Por que um problema e por que tal tipo de problema, por que tal modo de problematização surge em determinado momento. Por exemplo, a propósito do campo da sexualidade. Demorei muito tempo para perceber como seria possível responder a isso: qual foi o novo problema. Observe que, no nível da sexualidade, não se trata de repetir indefinidamente a questão: foi o cristianismo ou a industrialização que levou à repressão da sexualidade? A repressão da sexualidade só é interessante na medida

em que, por um lado, faz sofrer certo número de pessoas, ainda hoje, e por outro lado, ela sempre assumiu formas diversas, existindo sempre.

Aquilo que me parece um elemento importante a ser evidenciado é como e por que esta relação com a sexualidade ou esta relação com nossos comportamentos sexuais constitui problema e de que forma constitui problema porque sempre foi assim. Certamente, ela não constitui problema do mesmo jeito entre os gregos do 4º. século antes de Cristo, entre os cristãos, no 3º. e 4º. séculos, no século XVI, no século XVII etc... O senhor tem esta história de problematizações na prática humana, existe um momento em que, de algum modo, as evidências se misturam, as luzes se apagam, a noite se faz e quando as pessoas começam a perceber que agem cegamente, necessitando assim de uma nova luz, faz-se necessária uma nova iluminação e também novas formas de comportamento. Eis quando um objeto surge, um objeto que vem como problema, é assim...

**André Berten** - Gostaria de lhe fazer uma derradeira pergunta. O senhor foi convidado pela Faculdade de Direito e demonstra agora se interessar particularmente pelo direito e pelo fenômeno jurídico. Poderia explicar brevemente de onde vem este interesse pelo direito e o que espera retirar disso?

**Michel Foucault** - Veja bem, sempre me interessei um pouco por direito enquanto “laico”. Não sou nenhum especialista em leis, não sou jurista. Mas, exatamente como em relação à loucura, ao crime e à prisão, encontrei o problema do direito, da lei e a questão que sempre formulei era saber como as tecnologias de governo, como tais relações de poder, entendidas no sentido ao qual nos referimos há pouco, como tudo isso poderia tomar forma no interior de uma sociedade que pretende funcionar segundo o direito e que, pelo menos parcialmente funciona conforme o direito.

Então, são as ligações, as relações de causa e efeito, os conflitos também, as oposições, as irredutibilidades entre esse funcionamento do direito e essa tecnologia do poder, é isso que eu queria estudar. Parece-me que interrogar as instituições jurídicas, interrogar os discurso e a prática do direito a partir de tais tecnologias do poder pode apresentar um certo interesse, não no sentido em que isso perturbaria completamente a história e a teoria do direito, mas onde isso poderia lançar luzes sobre certos aspectos muito importantes da prática e das teorias judiciais. Assim, interrogar o sistema penal moderno a partir da prática corretiva, a partir de todas essas tecnologias pelas quais se pretendeu modelar, modificar etc... o indivíduo criminoso, parece-me que isso permite fazer surgir um determinado número de coisas. Assim, considere que cruzo o direito com frequência, sem tomá-lo como objeto particular. E se Deus ainda me deixar viver, depois da loucura, da doença, do crime, da sexualidade, a última coisa que gostaria de estudar seria o problema da

guerra e da instituição da guerra no que poderíamos denominar a dimensão militar da sociedade. Aí, novamente, iria cruzar o problema do direito, seja sob a forma do direito das pessoas, do direito institucional etc... bem como sob a forma da justiça militar: aquilo que faz uma Nação poder pedir a alguém que morra por ela.

**André Berten** - Bem, todos esperamos que Deus lhe dê vida longa, a fim de podermos ler suas histórias, essas histórias múltiplas que tanto nos enriqueceram. Eu lhe agradeço.